

# O Projeto Oficina-se e a democratização do acesso ao cinema no Rio de Janeiro

## The "Oficine-se" Project and the democratization of access to the cinema in Rio de Janeiro

**Marcelo Ernandez Macedo** | marcelo.ernandez@gmail.com

Possui graduação em Economia pela PUC-Rio (1991), mestrado em Administração Pública pela FGV-RJ(1995) e doutorado em Ciências Sociais pela UERJ (2003). Atualmente é professor adjunto da Faculdade de Comunicação Social da Uerj e pesquisador do Núcleo de Estudos Estudos em Economia e Cultura (NUCEC) do Museu Nacional/UFRJ.

**Carolina Ficheira** | sem email

Formada pela UFF em Produção Cultural, mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Atualmente, gerencia a exibidora Vila Cine no Cine Joia. Também é parecerista da Lei Rouanet e da Lei do ICMS.

**Rodrigo Guéron** | sem email

Professor Adjunto do Instituto de Artes da UERJ. Mestre e bacharel em Filosofia pela UFRJ. Doutor em Filosofia. Diretor e roteirista de cinema e video, diretor dos curtamentagens 750 Cidade de Deus, Clandestinidade e Eu Estou Bem cada vez Melhor.

### Resumo

Este artigo discute a democratização do acesso ao cinema e apresenta alguns resultados de uma extensa pesquisa sobre o projeto Oficina-se, que tem como objetivo principal a implantação de núcleos de exibição cinematográfica em escolas públicas do interior do Estado do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Política audiovisual; política cultural; sociologia da cultura; acesso ao cinema, cineclubes.

### Abstract

*This article discusses the democratization of access to cinema and shows some results of an extensive research on the "Oficine-se" Project, which has as its main objective the establishment of centers of film exhibition in public schools within the state of Rio de Janeiro.*

**Keywords:** *Audiovisual policy, cultural policy, sociology of culture, access to cinema, movie clubs.*

## INTRODUÇÃO

A linguagem audiovisual, vista como um meio de circulação de informações e, portanto, conhecimento, vem ganhando importância a partir de seus recentes desenvolvimentos tecnológicos. Assim, não podemos mais considerá-la como uma espécie de “acessório” no processo educacional. Essa forma de comunicar está tão presente em nossas vidas que seus instrumentos de produção e reprodução precisam ser conhecidos pelo maior número possível de pessoas. O problema tratado por este artigo localiza-se justamente neste ponto: um número reduzido de pessoas domina os recursos econômicos, técnicos e culturais relacionados a essa linguagem. Alguns grupos econômicos que atuam em escala internacional detêm os conhecimentos e os outros meios necessários para a produção e a veiculação de imagens audiovisuais. Tratamos, portanto, da democratização do acesso à produção, veiculação e consumo dos chamados produtos culturais.<sup>1</sup> Mais especificamente, abordamos os produtos cinematográficos, partindo da premissa que estes ocupam um lugar privilegiado dentro do mercado audiovisual nas sociedades de massa e, portanto, em termos de produção de informação e conhecimento.

As trocas de conhecimento propostas pela pesquisa que originou este artigo ocorreram a partir da interlocução com um grupo que coordena uma sala de cinema. O Ponto Cine é a primeira sala popular de cinema digital do Brasil. Inaugurada há cerca de três anos em Guadalupe – bairro do subúrbio do Rio de Janeiro que tem um dos menores índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da cidade – a sala é resultado de uma parceria entre o empreendedor cultural Adailton Medeiros, a Rio Filmes – distribuidora de filmes do governo municipal do Rio de Janeiro –, o Guadalupe Shopping e a Rain Network – detentora do sistema Kinocast de exibição digital.

Por si só, a iniciativa de montar uma sala de cinema no subúrbio carioca já pode ser considerada inovadora, dada a grande concentração desses equipamentos culturais na zona sul da cidade. Mas, o *Ponto Cine* inova também no preço dos seus produtos. No *Ponto Cine*, o ingresso é mais barato (R\$ 6,00 a inteira e R\$ 3,00 a meia entrada). Além disso, a sala é também inovadora na promoção da produção brasileira de cinema. Na contramão das salas estritamente comerciais que utilizam diversas estratégias para burlar as exigências legais de exibição de uma cota de filmes brasileiros, o *Ponto Cine* prioriza a produção nacional, tanto de ficções como de documentários. Pelo terceiro ano consecutivo a sala foi eleita pela Ancine como a que mais exibiu filmes nacionais (2007, 2008 e 2009).

O Ponto Cine vai ainda além em termos de democratização do acesso a produtos culturais e a promoção do cinema feito no Brasil em contraposição à produção hollywoodiana hegemônica. Desde a sua inauguração, Adailton e sua equipe vêm desenvolvendo uma série de projetos nessa direção. O principal destes é o *Prosocial Cinema* – financiado pela Petrobrás por meio das leis

de incentivo fiscal –, que se divide em três sub-projetos: o *Cinema Escola*, que promove a ida de estudantes de escolas públicas ao cinema; o *Diálogos com o Cinema*, por meio do qual cineastas convidados discutem suas produções com professores de escolas da região; e o *Cinema para Todos*, que prevê a visita de ONG's à sala. Por meio deste projeto, o *Ponto Cine* está promovendo a formação de público para o cinema, a inserção de escolas públicas em projetos culturais e contribuindo para a formação de cineastas. O cinema contribui também para a geração de emprego e renda na região, não só para os funcionários diretamente empregados na operação da sala, mas também para uma série de pessoas indiretamente envolvidas.

No segundo semestre de 2007, o *Ponto Cine* deu início ao projeto *Oficine-se*, que tem como objetivo formar exibidores em todo o Estado do Rio de Janeiro. O público-alvo são alunos e professores do ensino médio de escolas públicas. O objetivo do Projeto é que, após um curso de formação de cinco meses de duração, os alunos sejam capazes de promover a abertura de cineclubes em suas escolas. Pretende-se que estes alunos não só atuem como promotores da linguagem audiovisual em localidades desprovidas de equipamentos de cinema, mas sejam também multiplicadores da experiência em localidades próximas, incentivando colegas, amigos e parentes a montarem cineclubes em seus bairros. A longo prazo, pretende-se formar uma rede de núcleos de exibição cinematográfica em escolas públicas e que o projeto sirva de referência para políticas públicas nas áreas de educação e cultura.

Em sua primeira edição, que terminou em março de 2008, foram formados 28 alunos e 28 professores (dentre as 33 duplas que iniciaram o curso). A partir do curso de formação foram inaugurados cineclubes em escolas dos municípios de Magé, Carmo, Rio Bonito, Aperibé e Rio das Flores. Portanto, pode-se perceber desde já que os objetivos do *Oficine-se* foram apenas parcialmente atingidos, já que uma parte reduzida dos municípios inauguraram os cineclubes. O objetivo de nossa pesquisa foi realizar uma avaliação do projeto *Oficine-se*, com vistas a identificar as condições sociais que contribuíram ou desfavoreceram a formação dos cineclubes nos municípios participantes do Projeto. A partir desta pesquisa, estão sendo solucionados os problemas identificados para que, nas demais turmas a serem formadas, a iniciativa possa obter maior eficácia.<sup>2</sup>

Para alcançar os objetivos propostos, adotamos como método a pesquisa de campo, estratégia utilizada em estudos de caráter antropológico.<sup>3</sup> Para verificar os efeitos do curso sobre os participantes e seus respectivos universos sociais, nos propomos a visitar parte dos municípios que participaram do projeto *Oficine-se*. Dentre as 28 escolas que terminaram o curso de formação, selecionamos 11 como amostras para a pesquisa de campo. Os critérios para a seleção da amostra foram: em primeiro lugar, escolher algumas que inauguraram cineclubes e outras que não o fizeram, de modo a comparar as situações sociais que favoreceram ou desfavoreceram essa iniciativa, objetivo último do

projeto; e, em segundo lugar, a diversidade geográfica e sócio-econômica, de modo que esta amostra possa ser minimamente representativa para o estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, visitamos municípios de diversas regiões do estado. Os municípios visitados foram Rio de Janeiro (3 escolas), São João de Meriti, Magé, Sumidouro, Carmo, Rio Bonito, Santo Antônio de Pádua, Aperibé e Rio das Flores.<sup>4</sup>

## O ACESSO AO CINEMA NO RIO DE JANEIRO

Os dados em relação especificamente às salas de cinema, mostram que três bairros do Rio de Janeiro, a saber, Barra da Tijuca, Botafogo e Lagoa (que, na verdade, reúne alguns bairros da Zona Sul em torno da Lagoa) concentram 51% dos cinemas da cidade do Rio de Janeiro. Em relação aos equipamentos culturais de uma forma geral, as regiões que compreendem os subúrbios da cidade e bairros da Zona Norte, onde estão 75% da população, possuem apenas 14,2% do total da cidade (Peres e Melo, 2006).

Já no caso do Estado do Rio de Janeiro, que é o que mais especificamente nos interessa aqui, temos um total de 306 salas de cinemas divididas nos 115 complexos cinematográficos existentes no Estado, segundo dados do IBGE de 2007, registrados na Ancine. Seguindo estes números, temos 42 municípios com pelo menos uma sala de cinema e 50 municípios sem nenhuma sala. O município do Rio de Janeiro concentra 178 destas salas em 51 complexos. Em termos gerais, estes números seriam um privilégio apenas relativo da capital, posto que esta concentra 39,51 % da população do Estado. Mas, a concentração é mais uma vez observada se olharmos os dados relativos ao próprio município, ou seja, a concentração em bairros de maior renda que acontece no Rio de Janeiro acaba sendo uma concentração de salas de cinema também em relação a todo o Estado.

É verdade que o Estado do Rio de Janeiro aparece de forma “privilegiada” se for comparado com o resto do Brasil. Isto porque a mencionada pesquisa mostra que neste estado 45,6% das cidades têm pelo menos uma sala de cinema, enquanto a nível nacional estes números giram em torno de 7%. Portanto, a concentração que existe em bairros de maior renda na cidade do Rio de Janeiro é comparável a uma concentração que existe a nível nacional.

Entender estes dados pela média, (1 sala de cinema para cada 50.393,38 habitantes no Estado do Rio) no entanto, não dão conta do que realmente interessa, sobretudo para um Projeto como o *Oficine-se*, o que seja, a desigualdade. A princípio, diríamos que uma enorme massa da população é excluída do acesso ao cinema, se considerarmos este apenas do ponto de vista das salas de cinema. O conceito de “exclusão”, no entanto, será problematizado por nós mais adiante, mesmo que mantenhamos uma idéia da existência de uma profunda desigualdade.

Nos dados do IBGE disponíveis não temos uma informação sobre a evolução das salas de cinema ao longo das últimas décadas no Estado como temos em relação à cidade do Rio de Janeiro. Nesta cidade, em 1955, havia 190 cinemas de rua, espalhados por 50 bairros (Peres e Melo, 2006), a maioria deles com uma única sala de grande disponibilidade de lugares. A maior parte destes cinemas tinha como público-alvo os moradores ao redor, com exceção de bairros que concentravam muitas salas, para onde as pessoas se deslocavam para ir ao cinema, como Copacabana (hoje apenas com o tradicional “Roxi” que foi dividido em quatro salas), o centro da cidade e a Tijuca. A mesma pesquisa de 2007 nos mostra que atualmente existem 150 salas de cinema na cidade, concentradas em apenas 20 bairros, sendo a maioria dentro de *shopping centers* onde está grande parte dos complexos com várias salas, sempre bem menores do que as antigas salas.

Não é difícil, no entanto, saber que no interior do Estado do Rio, como no interior do Brasil em geral, aconteceu um movimento de fechamento de salas de cinema semelhante às inúmeras salas de rua fechadas em todo o município do Rio, e em particular nos diversos subúrbios desta cidade. Mesmo que, por razões óbvias, as salas se concentrassem nas grandes cidades, ir ao cinema era um programa que mobilizava de forma especial as cidades do interior. A própria cinematografia pode ser referência desta informação. O apogeu e o desaparecimento de um cinema no interior da Sicília, na Itália, é o tema de *Cinema Paradiso* de Giuseppe Tornatore. No Brasil, o cineasta Joel Zito dos Santos no seu documentário *A Negação do Brasil* mostra como em 1962, na cidade de Nanuque, no Estado de Minas Gerais, fronteira com o Estado da Bahia, o hábito de ir ao cinema, nos dias de semana à noite, foi sendo substituído pelo de assistir as novelas na televisão. No próprio filme estão imagens da sala cinema da cidade em ruínas no final dos anos 90. Também em *Baixio das Bestas*, de Claudio Assis, há uma sala de cinema meio em ruínas, no interior do Estado de Pernambuco.

Assim, nas cidades do interior do Estado do Rio, e dos interiores em geral, os cinemas também se transformaram em igrejas, supermercados, academias de ginásticas e outros estabelecimentos comerciais, ou simplesmente foram abandonados e demolidos. É verdade que, em alguns poucos casos, houve até crescimento do número de salas de cinema, uma vez que em algumas cidades foram construídos *shoppings centers* com algumas pequenas salas de cinema. Mas, de modo geral, houve retração no número de salas.

A concentração das salas cinema em bairros de maior poder aquisitivo e a construção de complexos, na maioria das vezes em *shopping centers*, pode ter contribuído para elevar o preço dos ingressos. Temos números que vêm desde 1991: 7,63 reais neste primeiro ano, chegando a 13,17 em 1998 e caindo de novo para 8,82 (Filme B), mas não temos como comparar com os preços dos ingressos dos anos 1960, que pareciam ser proporcionalmente muito mais baratos. Temos, no entanto, a evidência da popularidade do cinema pelo simples

fato deles existirem em bairros e em cidades onde o poder aquisitivo da população era mais baixo.

Achamos, no entanto, que seria extremamente simplista apresentar este quadro como de decadência econômica em geral e de diminuição do acesso da população aos filmes. Neste sentido, seria interessante examinarmos a pesquisa feita por Fabio Sá Earp e Helena Sroulevich que analisa não apenas o preço do ingresso, como o preço total da ida ao cinema: incluindo aí, por exemplo, as despesas com o transporte. O que mais chama a atenção nesta pesquisa, porém, são as declarações dos pesquisados explicando porque a ida à sala do cinema muitas vezes não aparece como um programa prioritário, e porque preferem ver filmes por outros meios. Chama a atenção um depoimento onde um pesquisado diz que prefere ver um filme em casa porque com o dinheiro que ele economiza deixando de ir ao cinema, ele pode comprar carne e fazer um churrasco. A mesma pesquisa chama atenção também para o barateamento de novos meios de se ver filmes e para o crescimento da disponibilidade de títulos graças a estes meios. Estamos falando do acesso à compra de aparelhos de DVD, do aumento das locadoras de DVD, e de um grande mercado paralelo de DVDs, sobretudo os chamados “piratas”: o mercado informal que possibilitou uma grande democratização do acesso da população a diversos filmes. Também contribuiu para esta democratização, evidentemente, as possibilidades de “baixar” os filmes pela Internet, o que se relaciona com o crescimento do mercado informal com seus produtos a baixo custo, mas também com um compartilhamento de produtos distinta das trocas comerciais no sentido “convencional”.

De fato estes novos meios são resultado das transformações produtivas pelas quais estamos passando nas últimas décadas. Estas mudam consideravelmente a relação entre trabalho, consumo, diversão, educação, cultura, vida pública e vida privada. Conseqüentemente, o próprio espaço da cidade se modifica e se divide de forma distinta a partir destas transformações. Diríamos que, sobretudo, torna-se mais difícil reconhecer nesta cidade as divisões acima mencionadas, em alguns casos porque estas simplesmente deixam de existir. A produção audiovisual e a produção criativa, de uma maneira geral, parecem estar no coração destas transformações. Uma maior acessibilidade e uma “desprofissionalização” da produção audiovisual são evidentes. É verdade que esta última não atingiu exatamente a produção cinematográfica, considerando aqui apenas a etapa da “realização” do filme, ainda feita de maneira mais ou menos “tradicional”, isto é, próxima à maneira como os filmes eram feitos a época do capitalismo industrial e fordista que começa a se esgotar no final dos anos 1970. Estas transformações produtivas atingem de maneira avassaladora os processos de distribuição, circulação, exibição – ou seja, os modos de consumo – destes filmes. O que significa, em última instância, a transformação na organização de toda a cadeia de produção cinematográfica, uma vez que, em última análise, circulação e consumo alimentam o processo produtivo.

Estas transformações nos fornecem um pano de fundo que nos permite entender as dificuldades para o alcance do objetivo último do *Oficine-se*, qual

seja, a implantação e o funcionamento dos núcleos de exibição de cinema em escolas públicas. Esse contexto, por si só, fornece explicações para que as duplas de aluno e professor apenas poucas vezes tenham conseguido viabilizar os núcleos de exibição. Veremos, no entanto, a partir de alguns exemplos bem sucedidos, que o objetivo último do projeto, se este for aperfeiçoado, pode sim ser alcançado em maior escala. Veremos também que as perdas em relação a este objetivo podem ser compensadas por outro aspecto bem sucedido do Projeto, talvez além mesmo do que era esperado, a saber, o fato do curso ser visto como uma singular e mesmo extraordinária experiência para os que o freqüentaram, principalmente do que ele pôde acrescentar de conhecimentos, informações, exercício do pensamento e, em especial para alguns professores, mas também para alunos, experiência de qualificação profissional. Ou seja, adiantando um pouco dados e conclusões que veremos adiante, diríamos que um dos grandes valores do curso está no fato dele ser uma rica forma de produção imaterial, capaz de potencializar esta capacidade produtiva nos seus alunos.

### A CRIAÇÃO DOS NÚCLEOS DE EXIBIÇÃO

Das 11 escolas que tiveram suas situações “Pós-Oficine-se” estudadas, cinco montaram núcleos de exibição e apenas um deles funcionava na época da pesquisa de campo com sessões regulares. Partindo de situações heterogêneas, em municípios e escolas que apresentam contextos distintos, passamos, a seguir, à análise de alguns casos em relação ao objetivo central do *Oficine-se*: a criação de um núcleo de exibição na escola. Através da descrição da situação específica de cada escola – em relação à criação do núcleo de exibição – podemos evidenciar os dados e resultados sobre as dificuldades que as escolas estaduais têm passado para montar a sala, conseguir filmes, etc.

#### 1) Colégio Estadual João Batista Matos (Acari – Rio de Janeiro)

Foram entrevistados: o aluno e a professora que participaram do curso e também a diretora do CE João Batista Matos. Um dos fatores que dificultou a implementação da sala foi a falta de verba. De acordo com a professora, um dos principais problemas foi o fato da direção da escola querer montar o núcleo de exibição com muita qualidade, “fazer uma reforma no auditório, pintar as paredes, comprar uma tela grande e um som de qualidade. Para ocorrer isso, a direção precisaria de dez mil reais, segundo a avaliação do *Ponto Cine*.” Por falta de verba, o núcleo de exibição foi deixado de lado. Este problema também foi mencionado pelo aluno: “Quando saímos do Projeto, estávamos com muita vontade de fazer, mas a direção da escola sempre embargava: ‘tem que esperar verba, esperar verba’ e não pudemos fazer nada.”

Após a entrevista com a diretora, ficou evidente que a preocupação com a qualidade do núcleo de exibição e, conseqüentemente, o alto custo desta “qualidade”, tiveram como efeito a estagnação do Projeto. Nas palavras da diretora: “a proposta do *Oficine-se* é montar uma sala específica de cinema, com

uma tela fixa, o bom som, o *datashow*, nas cores que tem que ser (...) um espaço multimídia, um núcleo de exibição como deve ser.” Esta circunstância – de montar uma sala de cinema “como deve ser” – acaba por tornar-se um objetivo inatingível para a administração e o orçamento das escolas, como ficou reforçado pela experiência de outras escolas com discursos semelhantes<sup>5</sup>.

A escola não possui os equipamentos necessários para a exibição de filmes tanto que, na primeira e única sessão que aconteceu no colégio, todos os equipamentos (o *datashow*, o *notebook* e o som) foram emprestados pelo teleposto. A professora e o aluno contaram com a ajuda da direção e de outros 6 alunos para realizar esta sessão no colégio, cuja escolha do filme foi auxiliada pelo pessoal do *Ponto Cine*. De acordo com o aluno, no final do ano de 2008, após muitas reuniões, “o núcleo de exibição foi inaugurado em um espaço provisório na Semana da Consciência Negra”. Como já estava em semana de prova e logo depois os alunos entrariam de férias, nada foi adiante. “No dia da exibição cheguei às 7h da manhã e só saí às 22h da noite (...) tivemos que cortar o filme por causa da hora, e todos brigaram porque queriam continuar vendo o filme”. A violência prevista, no turno da noite, se impõe como obstáculo à implementação de salas do núcleo de exibição em escolas localizadas em áreas de conflitos relacionados ao tráfico de drogas, como neste caso. Além disso, o fato da sessão de inauguração não ter chegado ao fim parece ter gerado uma desmobilização do grupo de pessoas que tentaram construir o núcleo de exibição.

## 2) Colégio Estadual Dr. Leonel Homem da Costa (Santo Antonio de Pádua / RJ)

Neste município, a escola não implementou o núcleo de exibição, mas trouxe desdobramentos instigantes do ponto de vista do Projeto mais amplo. Sobre a criação da sala na escola, a diretora e a professora alegam como principal dificuldade a ausência de espaço físico para a realização do núcleo de exibição. A área escolar é tomada por salas de aula, só restando a quadra de esportes para o entretenimento dos alunos. Notou-se uma falta de interesse de ambas para a ação de exibir filmes, já que, a quadra poderia servir de núcleo de exibição improvisado, uma vez que a escola já possuía os equipamentos necessários para passar os filmes. Na segunda visita à escola, na ocasião das filmagens para o documentário produzido por esta equipe de pesquisa, já havia sido comprado um telão e a diretora afirmou que estavam sendo feitas exibições esporádicas na quadra. Tudo indica que isso seja um efeito da própria pesquisa.

Já o aluno se formou (normal e técnico) em 2008 e relatou: “eu saí da escola, não sei o que aconteceu com o núcleo de exibição”. Embora não tenha participado da concretização do Projeto na escola, o curso teve um efeito revelador para este aluno que está tentando mobilizar recursos, apoios e informações para montar uma sala de cinema na cidade. No momento ele está procurando uma sala para alugar, porém, ressalta a dificuldade de montar uma sala de cinema no interior onde não há interesse e apoio do Município. Quem está



o ajudando, na cidade, é a sua namorada e a família dela, proprietários de um hotel em Pádua. Além disso, conta com o auxílio técnico da equipe do *Ponto Cine*. O ex-aluno queria ter enviado um Projeto para o “Edital Cine Mais Cultura”, do Ministério da Cultura<sup>6</sup>, mas quando soube desta possibilidade o prazo havia terminado.

Tanto ex-aluno quanto a família da namorada parecem interessados em acrescentar melhorias na vida cultural da cidade: no caso da família, como um investimento no turismo local e, do ex-aluno, para realizar “o sonho” de trabalhar com o que ele gosta<sup>7</sup>.

Pádua teve um cinema “há muitos anos atrás” – ninguém soube precisar até quando existiu – e, assim como outras cidades do interior (que não têm ou nunca tiveram cinema), ganhou em 2008 uma sala do *Projeto Oscarito*, construída no teatro da cidade. No entanto, a Sala Renato Aragão sofreu dois “atentados”: o primeiro foi o roubo dos equipamentos, e logo em seguida, o cinema foi inundado por uma das enchentes mais devastadoras da região<sup>8</sup>.

Passamos agora a alguns casos das escolas em que as salas de núcleo de exibição foram inauguradas, embora a maioria delas não esteja funcionando.

47

### 3) Colégio Estadual Dirceu Rodrigues (Rio Bonito / RJ)

Neste colégio, o núcleo de exibição foi inaugurado e funcionou de maio a outubro de 2008. Como veremos, uma conjuntura singular de fatores possibilitou um ótimo funcionamento do núcleo de exibição, durante um período. No entanto, os motivos pelo qual parou se assemelham aos observados em outras escolas.

Como contou a diretora: “acabou o curso, na outra semana pedi para a professora enviar um email para o Adailton, depois compramos os equipamentos, e fizemos os convites”. Após o *Oficine-se*, a diretora e a professora tiveram ajuda de alunos e ex-alunos na adaptação da sala, pintando os vidros da janela para simular o “escurinho” do cinema; as cadeiras foram compradas com doações feitas por fornecedores da escola e pela comunidade, um projetor e um ar condicionado foram comprados com o dinheiro de manutenção do colégio. A sala também é usada em palestras e outras atividades da escola. Há também um toldo na frente da escola para a projeção, “os alunos mesmos ligam os aparelhos, eles sabem mexer em tudo”, relata a diretora que tem uma política de abrir a escola para os alunos. Ela diz que procura mostrar que a escola é deles, e que desde que passou a deixar a chave com os alunos no fim de semana, para que pudessem usar a quadra esportiva, nunca mais houve vandalismo no colégio: “pelo contrário, eles cuidam de tudo”.

Na inauguração do núcleo de exibição, passaram os filmes feitos no *Oficine-se*, e estavam presentes: os representantes da Secretaria de Educação, todo o pessoal do *Ponto Cine*, o ator Flavio Migliaccio, que é amigo da escola, e doou todos os seus filmes para serem exibidos no núcleo de exibição.

A doação destes filmes tornou possível o funcionamento do núcleo de exibição todos os domingos às 18h no auditório da escola. Os freqüentadores eram, em sua maioria, alunos e mães de alunos. Havia também sessões fechadas marcadas por outras escolas da cidade e da zona rural. Inclusive, a escola municipal em que a professora do CE Dirceu também dá aula, após assistir a uma sessão do núcleo de exibição, está tentando abrir sua própria sala.

A diretora comprou uma pipoqueira para a escola, “a gente fazia pipoca e distribuía antes da sessão. A comunidade ia, mas quando começou a passar os filmes de um só ator, o pessoal começou a desanimar. (...) o Estado prometeu mandar filmes para começar, mas até hoje não veio nenhum”

A professora, por sua vez, também desanimou, pois esperava uma forma de pagamento pelo trabalho que: “era grande, exigia uma preparação e levava tempo”. Embora ela adore o Projeto, deixa claro que com o seu salário de professora do estado (R\$500) não tinha condição de continuar trabalhando de graça para realizar o núcleo de exibição. Diz ter se decepcionado com o resultado do Projeto: “retorno zero”. Os motivos para a estagnação do Projeto apontados pela professora são: “o desinteresse dos alunos, falta de filmes por conta dos direitos autorais, o alto custo da manutenção, e a mudança da gestão da secretaria debilitou o Projeto”. Uma maneira que encontrou para incentivar os alunos, após o fechamento do núcleo de exibição, foi passar curtas-metragem durante o recreio.

A pesquisa no CE Dirceu Rodrigues demonstrou que a implantação e funcionamento do núcleo de exibição por cinco meses foram viabilizados pela capacidade de articulação política e administrativa por parte da direção, pelo empenho, interesse e dedicação da professora e pela ajuda primordial, embora não programática, do ator Flávio Migliaccio através da doação dos direitos autorais e das cópias dos seus filmes. A liberação de filmes para exibir foi fundamental para a realização do Projeto na escola, embora não estivesse prevista nem pelo *Ponto Cine* nem pela Secretaria de Educação.

#### 4) CIEP 419 **Benigno Bairral (Aperibé)**

No CIEP 419, o núcleo de exibição foi montado pela professora, com ajuda das diretoras, professores e outros funcionários, como o falecido animador cultural da escola. Através de uma readequação de verba conseguiram comprar o material necessário e tiveram um ótimo resultado na mobilização da comunidade escolar para montar a sala. De acordo com a coordenadora pedagógica, que foi uma grande incentivadora do Projeto: “o investimento mesmo foi da manutenção de verba da escola: comprar o ar condicionado, pintar o teto de preto, colocar as luzes escuras. A nossa maior dificuldade é essa: precisamos de apoio do Estado para conseguir mais filmes e comprar cadeiras apropriadas”.

A inauguração aconteceu no final de 2008 e o núcleo de exibição funciona esporadicamente. A professora ressaltou o problema da carga horária,

indicando que é necessário ter alguém remunerado para ficar responsável pelo núcleo de exibição na escola, além da questão da autorização para exibir filmes.

Cabe aqui reproduzir o depoimento da professora:

Ao término do curso ficamos esperando um tempo para que a SEE se manifestasse enviando a verba para a montagem do núcleo de exibição. Quando percebemos que isso não aconteceria decidimos montar a sala com recursos da própria escola, pois afinal o Projeto era muito bacana para se perder. Fizemos um levantamento dos equipamentos que tínhamos (datashow, DVD, cadeiras) e os outros foram comprados através da boa vontade da diretora e da tesoureira da escola que fizeram os ajustes necessários na verba para a concretização do Projeto. Tivemos o apoio muito grande de um funcionário da escola que não mediu esforços, trabalhando até mesmo fora do seu horário para aprontar a sala e instalar os equipamentos. Outro que colaborou foi o coordenador de turno que ficou responsável pelo fechamento das paredes da sala.

Inauguramos o núcleo de exibição em novembro de 2008 e as exibições foram mais voltadas para a comunidade escolar (própria escola e outras da região). A mostra Cinesul foi aberta à comunidade e tivemos um público expressivo.

Atualmente, as sessões agendadas são realizadas por mim ou outro profissional da escola. Vale lembrar que é um trabalho voluntário que prestamos, pois não foi disponibilizada pela SEE carga horária para algum profissional ficar responsável pelos trabalhos do núcleo de exibição.”

Neste caso, fica evidente que a professora é uma pessoa muito articulada<sup>9</sup> e apresenta bastante vigor político para realizar projetos. Ela diagnosticou o principal problema para que a sala funcione regulamente: “a questão da carga horária do professor, se a Secretaria de Educação não disponibilizar uma carga horária para o professor atuar no núcleo de exibição, infelizmente, acho que este Projeto vai se perder”.

Diversas pessoas do corpo escolar<sup>10</sup> ressaltaram os benefícios do núcleo de exibição para a escola, em que grande parte dos alunos nunca foram ao cinema. Uma professora primária relatou a reação de um aluno especial ao assistir uma sessão na sala: “é um aluno que eu tenho dificuldade de entender, ele nunca fica parado em sala de aula, mas assistindo à sessão ele ficou quietinho, atento, profundamente tocado pelo filme”. A professora que fez o *Oficine-se* destacou a importância do acesso ao cinema na escola: “acho que o aluno a partir da arte tem muito mais possibilidade de construir seu conhecimento”.

##### 5) C. E. Benito Cosolino (Magé / RJ)

Por fim, chegamos ao caso que apresenta mais sucesso do ponto de vista de dois Projetos: o núcleo de exibição e a Sala Oscarito.

Antes mesmo de concluírem o curso, o professor e o aluno, que cursavam o *Oficine-se*, foram chamados para trabalhar na Sala Popular de Cinema

Roberto Berliner (Projeto Oscarito), inaugurada em janeiro de 2008, dentro do Colégio Municipal Alfredo Balthazar. O aluno e o professor foram contratados pela prefeitura e são remunerados para trabalhar na sala de cinema. A sala é totalmente adequada e equipada para a exibição de filmes embora, de acordo com o professor, apresente problemas elétricos: “a escola tem trinta anos e nunca passou por reformas. A gente faz de forma precária, que é de botar o projetor no meio da sala em cima da mesa... mas, enfim, está funcionando duas vezes por semana”. A capacidade da sala é de 120 alunos, tem uma média de 20 alunos nas exibições livres. A prefeitura agenda com as escolas municipais e providencia o transporte dos alunos até a sala. Nos finais de semana a sala é aberta ao público.

No entanto, “a dupla” fez o curso pela matrícula em outra escola, CE Alfredo Balthazar, onde criaram um núcleo de exibição que funciona com ajuda dos alunos. O professor conta que ele treina alguns alunos para operar os equipamentos e passar filmes. De acordo com ele, esta foi a maneira que encontrou para realizar o núcleo de exibição, que atualmente está inativo devido às obras pelas quais a escola está passando. Mas, enquanto as exibições estão paradas, os alunos estão produzindo um documentário sobre a escola com a câmera que escola comprou.

O professor explica: “o contato da sala Oscarito com o núcleo de exibição é através de mim e do aluno porque ambos trabalhamos na sala cinema e no núcleo de exibição.”

De acordo com o ex-aluno, a grande dificuldade são os filmes: “é complicado por que ficou de chegar uma remessa de filmes do curso que até agora não chegou, aí conseguimos uma liberação pra pegar na locadora mesmo. Os filmes que a gente passa, aqui, são de locadora mesmo”.

O professor engrossa o coro: “o maior problema da sala é conseguir filmes, a gente quer dar preferência ao filme nacional, mas a gente não tem acesso”. Para o professor, que é animador cultural, o objetivo agora é montar um acervo.

Neste aspecto, cabe ressaltar que, nestas cidades do interior, não se têm os mesmos recursos que as escolas próximas a capital. Especialmente em termos de busca por filmes para exibição, as locadoras costumam ter um acervo menor.

O professor avalia: “se eu não tivesse trabalhando aqui e nem fosse animador cultural eu acho que seria complicado o núcleo de exibição acontecer”. Isto nos traz a uma questão relevante sobre a importância deste cargo para este tipo de Projeto.

De acordo com Esteves et al (2005), a figura do animador cultural surge no Brasil, no final dos anos 1980, nas escolas junto a comunidades carentes. Este passa a realizar um trabalho de educação popular, mais relacionado às artes e educação física, por serem, em geral, profissionais dessas áreas.

Inicia-se na escola uma nova estratégia, em nível sociocultural, sublinhando a participação da comunidade. É um novo paradigma organizacional que se propõe a mobilizar a comunidade interna e externa próximas, através de mais informação, mais inclusão social e cultural, compromisso coletivo, delegação de responsabilidade e descentralização nas decisões, em contraposição aos modelos de centralização técnico-burocrática e cultura erudita da década anterior. (Op.cit.: 172-173).

No Rio de Janeiro, este cargo foi implementado por nomeação nos anos 80, e segundo o blog dos animadores culturais<sup>11</sup>, o salário destes profissionais é o mesmo desde que acabou o governo Brizola (1991 – 1994). Além disso, os animadores culturais não têm uma situação profissional bem resolvida. Não possuem direito a licença médica, nem a aposentadoria, o salário é menor do que o de professor, que já é pequeno. Além disso, o animador que deixa seu cargo não tem um substituto, ou seja, a escola perde este cargo.

Podemos observar, diante destes vários casos apresentados, que o animador cultural é o professor com a atividade, perfil e carga horária mais adequada para participar de Projetos como do *Oficine-se*, embora estes profissionais estejam longe de uma situação satisfatória e regularizada de trabalho. Vale refletir se este cargo não devia ser submetido a concursos públicos, regularizando assim a situação destes profissionais, de modo a incentivar a ação de projetos que, até então, tinham apoio da Secretaria de Educação do Governo do Estado do RJ, como o *Oficine-se*.

O *Oficine-se*, mesmo nas escolas em que o núcleo de exibição não acontece, ou ainda não aconteceu, desempenha um papel fundamental como curso de formação de professores e de profissionalização de alunos, que muitas vezes não tinham sequer ido ao cinema, e hoje trabalham e recebem por isto, como é o caso de Magé.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando o projeto *Oficine-se* a partir de uma perspectiva processual (Elias, 2002), entendemos que estão sendo dados os primeiros passos para uma efetiva transformação do parque exibidor de cinema no Estado do Rio de Janeiro e, o que é mais importante, para a formação de público para o cinema. Criar núcleos de exibição cinematográfica em escolas, além de desconcentrar e ampliar o parque exibidor, significa criar o hábito de assistir filmes no cinema entre as novas gerações. E, se pensarmos que estamos falando da exibição da produção brasileira, os resultados parecem mais significativos. Pode parecer ambicioso falar em âmbito estadual, mas o fato é que, se visto como referência para uma efetiva política de audiovisual, o Projeto tem essa amplitude e, ainda mais, pode ser uma referência nacional.

Mas, vimos que a criação dos núcleos de exibição exige investimentos maiores do que os que foram realizados nessa primeira etapa do Projeto.

Quando não são criadas as condições para a montagem dos núcleos de exibição, o Projeto atinge apenas parcialmente os seus objetivos. Como vimos, para a maioria dos participantes o *Oficine-se* significou a realização de um bom curso sobre audiovisual. Vimos que este resultado, por si só, é bastante significativo, pois ampliou os horizontes dos participantes em diversos sentidos: criou o hábito de ver filmes e, mais especificamente, de documentários; mudou a imagem do cinema nacional, ensinou sobre o processo de produção cinematográfica; possibilitou o debate de diversos temas importantes etc. Mas, as possibilidades e o objetivo último do trabalho vão muito além disso. Estamos falando em uma efetiva transformação no acesso ao cinema e isso exige investimentos de maior envergadura.

Em primeiro lugar, é fundamental verificar se a escola está preparada para abrigar o Projeto. Para outras etapas do curso, é importante a realização de um processo seletivo com critérios claros, ao contrário do que foi realizado nessa primeira etapa. Se não há recursos para viabilizar a infraestrutura para a criação dos núcleos de exibição, é necessário verificar que escolas já dispõem desta.

Um dos pontos a ser verificado é a disponibilidade de espaço físico para a montagem do núcleo de exibição. A escola que pretende participar precisa, desde a sua inscrição, se comprometer a disponibilizar um espaço físico adequado para a montagem dos núcleos. Outro ponto fundamental é a existência do “kit básico de exibição” (projetor, aparelho de DVD e telão). Sem estes equipamentos o núcleo não pode operar. A maioria das escolas já possui estes equipamentos, mas nem todas. Portanto, da mesma forma que em relação ao espaço físico, é necessário verificar se a escola aspirante já dispõe desses equipamentos. Assim, a disponibilização de espaço físico e equipamentos devem ser vistas como condições básicas para a participação no curso.

Verificadas essas primeiras condições, chegamos ao ponto mais importante e complexo ao mesmo tempo: disponibilizar carga horária para os participantes do Projeto. Nossa pesquisa mostrou que, acima de tudo, os núcleos não foram montados ou pararam de funcionar pela falta de carga horária entre os professores para se dedicar ao mesmo. Não se pode acreditar que os professores vão dedicar horas ao Projeto além de sua jornada profissional. Atualmente, a maioria dos professores tem uma jornada extremamente desgastante, tendo que obter recursos junto à diversas fontes para manter suas famílias. Portanto, é necessário buscar alternativas para resolver essa questão. Seja por meio da revalorização da carreira dos animadores culturais – categoria efetivamente adequada e preparada para exercer essa função –, da criação de uma gratificação ou da disponibilização de carga horária para os coordenadores de núcleos de exibição, o fato é que essa função precisa ser considerada profissionalizada. Em um primeiro momento, enquanto essa questão não se equaciona de forma mais efetiva, pode-se dar preferência às escolas que dispõe de animador cultural. Mas, à médio prazo, é preciso resolver essa questão. Para nós, pesquisadores da iniciativa, está claro que este é o ponto nevrálgico do Projeto.

Outro ponto importante é a criação de um sistema de distribuição de filmes para as escolas, pois obtê-los é uma das principais dificuldades dos núcleos criados. Esta dado da pesquisa torna evidente o caráter anacrônico, concentrador da riqueza e antidemocrático do sistema da propriedade intelectual e de direitos autorais vigente. Que instituições de ensino não tenham liberdade para baixar na internet, fazer cópias e exibir filmes parece ir na contramão de qualquer projeto de democratização social da educação e do conhecimento. E, afinal de contas, mesmo do ponto de vista do mercado, pouco inteligente, visto que a exibição de filmes na escola é potencialmente formação de público. Em se tratando da produção nacional, feita quase toda com recursos públicos, estes impedimentos e dificuldades nos parecem uma forma de privatização do recurso público. Poderíamos falar da criação de algum sistema de distribuição de filmes para escolas públicas articulando poder público e distribuidoras, mas o meio que já está a alcance seria a liberação das cópias pelo menos para estas instituições.

Outra questão que se mostrou importante foi o apoio da direção da escola para a iniciativa de implantação dos cineclubes. Vimos como foi determinante o apoio efetivo da direção em Rio Bonito e Rio das Flores para que o núcleo de exibição acontecesse. Onde não há o envolvimento da direção o Projeto não avança. Quando a iniciativa consiste em um desejo isolado de um professor da escola as coisas ficam mais difíceis. Em termos ideais, seria adequado verificar como o Projeto se insere na política pedagógica de cada escola. De nada adianta o desejo de implementar atividades deste porte se a escola não está comprometida como um todo com a iniciativa. A participação de diversos agentes da comunidade escolar, composta por alunos, professores, funcionários, famílias de alunos e ex-alunos, favoreceu bastante a iniciativa. Quando se percebe a inexistência de uma política pedagógica claramente definida, o mínimo que precisa ser verificado e/ou estimulado é o comprometimento da direção com a iniciativa.

Outras quatro questões também importantes merecem destaque, quais sejam: a descontinuidade administrativa, a ambição em montar salas sofisticadas, a supervisão do *Ponto Cine* à montagem dos núcleos e o local de realização do curso.

Quanto à primeira, é um problema de difícil solução, mas entendemos que seja necessário estar atento e, no mínimo, tentar preparar e alertar os participantes para a questão, tentando mostrar como é importante a formação de outros alunos e professores próximos para que a iniciativa não se perca por descontinuidades tais como, a saída de professores e alunos da escola e mudanças na direção da escola.

No que se refere à segunda questão, verificamos que, em alguns casos, o desejo de montar salas de cinema sofisticadas, no mesmo padrão do *Ponto Cine*, inibiu algumas escolas a montar o seu núcleo de exibição. É preciso

ênfatisar ao longo do curso que o núcleo pode ter uma estrutura inicial simples, que pode ir melhorando ao longo do seu desenvolvimento, a partir da ampliação de alunos e professores envolvidos.

Relacionado a isso está o acompanhamento do *Ponto Cine* às iniciativas de montagem dos núcleos de exibição. Percebemos que esse acompanhamento foi praticamente inexistente. Várias escolas reclamaram da falta de apoio do *Ponto Cine* para o desenvolvimento dos seus núcleos. Acreditamos que deve ser destacado um profissional para supervisionar esse processo. Além disso, conforme o próprio *Ponto Cine* já apontou, o mais adequado é que os núcleos de exibição sejam montados ao longo do curso pelos participantes, enquanto estes estão mais motivados e a supervisão é mais fácil, e não somente após o final do mesmo, como aconteceu com essa primeira turma.

Em relação ao local de realização do curso, entendemos que trazer semanalmente os participantes para o Rio de Janeiro é caro e desgastante. Nesse sentido, seria adequado pensar na organização de pólos regionais como sedes para as turmas. Haveria uma perda em termos da diversidade em cada turma, um dos pontos mais elogiados pelos participantes do curso, mas uma grande economia de recursos e esforços, além da criação de grupos mais homogêneos e próximos, o que cria maiores possibilidades de interação.

Concluindo, percebe-se que a realização da primeira turma, acompanhada dessa pesquisa de avaliação, criou as bases necessárias para a ampliação do Projeto. Num primeiro momento, essa ampliação exigiria acima de tudo alguns cuidados que não foram tomados na primeira etapa. Num segundo momento e, pensando em âmbito efetivamente estadual e de desenvolvimento de uma política cultural/educacional que amplie o acesso aos meios audiovisuais, serão necessários investimentos mais significativos.

## NOTAS

<sup>1</sup> A abordagem sobre cultura que adotamos ao longo da pesquisa foi a antropológica, que amplia o significado do termo em relação ao senso comum. Nesse sentido, tratamos de um universo muito mais amplo do que é reconhecido como “produtos culturais”, em geral limitado às manifestações artísticas. Concebemos o termo a partir das mais diversas dimensões que envolvem a cultura, tais como a religião e as relações de produção, embora nosso foco esteja voltado para um ponto específico, o cinema. Partimos do pressuposto que o cinema é um meio de expressão cultural, um veículo de produção de conhecimento e, portanto, de aprendizagem.

<sup>2</sup> O *Ponto Cine* está buscando financiamento junto aos poderes públicos e a iniciativa privada para início de novas turmas do projeto *Oficine-se*.

<sup>3</sup> Essa estratégia parte da premissa de que a melhor forma de conhecer em profundidade um grupo social é conviver com este, fazer parte deste grupo durante determinado período, assumindo responsabilidades como um de seus membros. Essa seria a forma mais adequada de compreender os significados atribuídos pelos membros do grupo aos diferentes aspectos do seu universo social. Olhar o mundo com os olhos do “nativo”, conforme nos ensinou Malinowski (1976). Os ensinamentos de Malinowski precisam ser relativizados quando tratamos das chamadas “sociedades complexas”. Chamar os alunos do projeto *Oficine-se* de “nativos”



seria um exagero, já que não há grande distância entre seus universos sociais e os dos pesquisadores, por mais que em alguns casos estejamos falando de municípios com economias baseadas em produtos agropecuários e, portanto, modos de vida característicos dos meios rurais. Salve exceções, pesquisadores e pesquisados estão socialmente próximos, o que nos trouxe benefícios e prejuízos. Por um lado, essa proximidade favoreceu a obtenção das informações necessárias para o acompanhamento que foi efetuado. Por outro, resultou num envolvimento emocional que pode ter dificultado a visualização de problemas e diferenças entre os universos sociais estudados. Portanto, o desafio em termos metodológicos foi justamente este: estar próximo o suficiente para obter as informações necessárias, mas, ao mesmo tempo, manter um distanciamento mínimo que nos habilite identificar problemas e diferenças entre os grupos estudados.

4 As visitas realizadas duraram, em média, dois dias. Nos municípios de Magé, Rio Bonito, Sumidouro e Santo Antônio de Pádua foram realizadas duas visitas (a segunda delas dedicada às filmagens, como será explicitado a seguir). Em cada visita estiveram presentes pelo menos dois pesquisadores da equipe, sendo que nas visitas filmadas pelo menos três pesquisadores. Em todos os casos conversamos com o(a) aluno(a) e o(a) professor(a) que fizeram o curso, o(a) diretor(a) da escola e outras pessoas que de alguma forma contribuíram para as atividades do Projeto *Oficine-se*, tais como outros professores, diretores adjuntos, secretários municipais de cultura etc. Quase sempre as conversas foram realizadas nas escolas participantes, o que permitiu a observação da infraestrutura das escolas, dos espaços destinados aos cineclubes, do ambiente escolar e das dinâmicas de interação entre os envolvidos no Projeto.

5 Já em outros casos este obstáculo foi contornado com alternativas menos custosas e obtenção de apoios externos.

6 Este edital federal oferece, praticamente, uma política complementar ao projeto *Oficine-se*, já que as iniciativas selecionadas ganham: kit com telão (4m x 3m), câmera digital, aparelho de DVD, projetor, mesa de som de quatro canais, caixas de som, amplificador, microfones sem fio, dentre outros equipamentos.

7 O ex-aluno também é integrante de um grupo de teatro, que atualmente está montando a peça *O Rapto das Cebolinhas*, de Maria Clara Machado.

8 Sobre as enchentes do Rio Pomba nos municípios de Pádua e Aperibé em dezembro de 2008.

9 A professora também é subsecretária de educação do município.

10 Na ocasião das filmagens de Aperibé, a escola organizou uma reunião da comunidade escolar, em que compareceram: diretoras, professoras, funcionários, mães de alunos, etc. Deste modo, tivemos a oportunidade de colher diversos depoimentos.

11 <http://culturanima.blogspot.com/>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Sérgio & BUTCHER, Pedro. *Cinema, desenvolvimento e mercado*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2003.

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. Hucitec, São Paulo, 1997.

BOTELHO, Isaura. *Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública*. Espaço e Debates – Revista de Estudos Regionais e urbanos, nº 43/44, janeiro e dezembro. São Paulo: Ed. Anablume, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. *Escritos de Educação*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1998.

CANEVACCI, Massimo. *Antropologia do cinema: do mito à indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. In: *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

56

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural – o direito à cultura*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

CONDURU, Roberto & SIQUEIRA, Vera Beatriz. *Políticas públicas de cultura do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj, 2003.

DUARTE, Rosalia Maria. *Filmes, Amigos e Bares: a formação de cineastas na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Departamento de Educação, PUC/RJ, Rio de Janeiro, 2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ESTEVES, Vera Vergara; PEREIRA, Wally Chan & SIANO, Lucia Maria França. Uma Competência Emergente na Gestão Escolar. A Animação Cultural. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 169-180, abr./jun. 2005.

GOLDMAM, Lucien *A criação cultural na sociedade moderna: por uma sociologia da totalidade*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GATTI, André Piero. *Distribuição e exibição na indústria cinematográfica brasileira (1993-2003)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- IANNI, Otávio. *Ensaio de sociologia da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LEVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MANNHEIN, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- NETO, Antônio Fausto; BRAGA, José Luiz & PORTO, Sérgio D. (orgs.). *Brasil: comunicação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Campus/Diadorim, 1994.
- PAIVA, Márcia & MOREIRA, Maria Esther. *Cultura substantivo plural: ciência política, história, antropologia, artes e literatura*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- PERES, Fábio de Farias & MELO, Victor Andrade de. *Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro*. In: Revista Digital, Ano 10, nº 93, fevereiro, 2006.
- SOUZA, Júlio Cordeiro de. *Mercado de exibição contemporâneo – a experiência do Ponto Cine*. Monografia. Niterói: Departamento de Cinema e Vídeo, Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2007.